

42º Encontro Anual da ANPOCS

GT 09 Dinheiro, interesses e democracia: a influência dos recursos financeiros no sistema político

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NO BRASIL: ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE DOAÇÕES EMPRESARIAIS NA CONFIGURAÇÃO DOS PREFEITOS ELEITOS EM 2016.

Karoline Cavalcante

Caxambu/MG, outubro 2018

Financiamento de campanhas no Brasil: Análise da ausência de doações empresariais na configuração dos prefeitos eleitos em 2016.

Karoline Cavalcante¹

Resumo: O Financiamento eleitoral no Brasil tem sido um tema muito estudado pela ciência política. Os pesquisadores estudam a forma pela qual o dinheiro das empresas impacta a eleição dos Chefes de Executivo e dos membros do Legislativo. O ano de 2016 colocou em prática no Brasil a legislação que proíbe o financiamento empresarial das campanhas. Este trabalho investigou de que forma o impacto da nova legislação eleitoral, que proibiu a doação de empresas a candidatos e partidos, alterou ou não a configuração do poder municipal eleito em 2016, comparado aos eleitos em 2012 ainda sob a influência das doações de grandes empresas. Os resultados demonstraram que houveram poucas e, em algumas variáveis de perfis, nenhuma modificação significativa com a nova regra da ausência de financiamento empresarial.

Palavras-Chave: eleição municipal; financiamento empresarial; perfil de eleitos

ABSTRACT: Election financing in Brazil has been a very studied subject by political science. The researchers studied the way in which the money of businesses impacts the election of Heads of the Executive Branch and of Legislative Branch Members. In 2016 the legislation prohibiting corporate funding of campaigns was put into practice in Brazil. This study investigated how the impact of the new electoral legislation, that prohibited corporation donations to candidates and political parties, changed or not the setting of the elected local power in 2016, compared to the one elect in 2012 under the influence of the donations from large companies. The results showed that there were few and in some profile variables no significant modification with the new rule of the absence of corporate financing.

KEYWORDS: Local Elections; Corporation Funding; Elect Profiles

¹ - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP/UFPa)

INTRODUÇÃO

A problemática introduzida no sistema eleitoral brasileiro, a partir da decisão tomada em 17 de Setembro de 2015 pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou em parte procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 4650 - formulada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - gerou grande expectativa sobre seus efeitos em relação a configuração do perfil social dos eleitos nas eleições municipais em 2016, ano em que o Brasil realizou eleições municipais sem a doação empresarial.

Até as eleições de 2014, os candidatos contavam com quatro fontes de financiamento:

1 - Os recursos próprios dos candidatos, em que os candidatos puderam fazer investimento pessoal na própria campanha. Nesse caso, eles puderam “doar” seus recursos no valor máximo estabelecido pelo partido;

2 - Recursos e fundos próprios dos partidos políticos. Esses recursos puderam ser utilizados nas campanhas eleitorais de acordo com previsão existente no § 5º do art. 39 da Lei nº 9.096/95. É pacífico que os partidos políticos, em todos os níveis de direção, podem aplicar nas campanhas eleitorais os recursos do Fundo Partidário, inclusive de exercícios anteriores, por meio de doações a candidatos e a comitês financeiros;

3 - Doações de pessoas físicas: Conforme o disposto no art. 23 da Lei das Eleições, as doações de pessoas físicas ficaram limitadas a 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição;

4 - Doações de pessoas jurídicas: Ficaram limitadas a 2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição.

As eleições de 1994 foram as primeiras desde 1985 em que as empresas puderam doar formalmente para as campanhas. Após 22 anos da participação das empresas no jogo eleitoral, em 2016, o Brasil realizou eleições municipais sem a doação empresarial. O Supremo Tribunal Federal (STF) em decisão tomada em 17 de setembro de 2015, julgou procedente em parte a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 4650 formulada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Essa ADIN levantou preocupações sobre a relação entre os eleitos e os financiadores. A ação, ajuizada pelo Conselho Federal da OAB contra dispositivos da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) e da Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995), começou a ser julgada em 2013 e teve seu

juízo concluído apenas em 2015. O STF definiu pela inconstitucionalidade da doação de empresas para candidatos. Tal decisão passou a valer nas eleições municipais de 2016.

Essa ADIN foi construída em torno do consenso de que “o dinheiro (‘receitas’ e ‘despesas’) impacta o resultado, ou seja, os eleitos têm campanhas mais caras”. (LEMOS, 2010). O poder econômico teria a capacidade de “escolher” ou selecionar os que vão ser eleitos pelos cidadãos, desequilibrando uma disputa que deveria se dar em torno de ideias ou da avaliação pessoal do candidato.

Com as alterações previstas na Reforma Eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165) sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, em 29 de setembro de 2015, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) através da Resolução nº 23.459 definiu limite de gastos nas campanhas eleitorais brasileiras (TSE 2015).

Segundo a nova legislação, com base nos artigos 5º e 6º os novos limites de gastos foram assim definidos: Para os cargos de Presidente da República, Governador e Prefeito o limite de 70% do maior gasto declarado para o cargo em municípios com apenas um turno e 50% do maior gasto declarado em municípios com segundo turno. Municípios menores, com até 10.000 eleitores, o limite de gastos estabelecido ficou definido em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para Prefeito e de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para Vereador.

Com base nessa nova lei, o teto máximo de gastos dos candidatos para a eleição de 2016 ficaram estabelecidos a partir dos gastos realizados na eleição anterior, eleições 2012.

No contexto de novas regras eleitorais que buscam equilibrar a disputa política, pesquiso o impacto da nova legislação eleitoral na configuração do poder municipal eleito em 2016 comparado aos eleitos em 2012, ainda sob a influência de grandes empresas. No meio de uma crise política de representação que atravessa o Brasil e no contexto de novas regras eleitorais que buscam equilibrar a disputa política, nosso propósito foi o de analisar de que forma o fim das doações empresariais às campanhas municipais alterou ou não a configuração dos eleitos nas eleições de 2016. Retratamos os impactos do fim da doação empresarial nas campanhas eleitorais no Brasil e seu

impacto na configuração do poder municipal nas eleições de 2016, comparado aos eleitos em 2012, ainda sob a influência de grandes empresas.

Este trabalho justifica-se pela relevância para o aprofundamento dos estudos sobre alterações de regras no sistema eleitoral brasileiro. É necessário esclarecer se as novas regras de financiamento de campanha produzem ou não maior equidade na arena da disputa eleitoral. Não temos dúvida que este estudo busca contribuir nos debates sobre a necessidade de construirmos um sistema eleitoral em que progressivamente o poder econômico deixe de desequilibrar uma disputa que deveria se dar em torno de ideias ou da avaliação pessoal do candidato.

Nosso propósito foi de analisar de que forma o fim do financiamento de empresas alterou o perfil dos eleitos nas eleições de 2016. Para isso, usamos como variável o perfil dos prefeitos eleitos em 2012. Este trabalho teve como fonte de dados o site do Tribunal Superior Eleitoral, de onde foram extraídos os bancos de dados das eleições municipais de 2012 e 2016 de todos os municípios brasileiros. Estabeleceu-se esse recorte tendo em vista que nas eleições de 2016 foram as primeiras a serem regidas pelas novas regras do sistema eleitoral brasileiro, isto é, a ausência de financiamento empresarial nas eleições. A partir dos dois bancos de dados, realizamos a comparação dos eleitos em 2012 com os eleitos em 2016.

Tomamos como base no perfil as seguintes variáveis: ocupação, gênero, cor, escolaridade, estado civil e faixa etária dos eleitos nas duas eleições consecutivas. Cruzamos essas variáveis com os prefeitos eleitos no Brasil nas duas eleições para que, assim, pudéssemos chegar aos achados de nosso trabalho.

I- Breve resenha da literatura

Eleições Municipais

As campanhas municipais ainda são objetos de estudos reduzidos no campo da ciência política. Quando o assunto é eleições, há uma ênfase nas eleições presidenciais, em comparação às municipais. Para Lavareda e Telles (2016) tal fator explica-se, pelo forte consenso no campo da ciência política, de que a lógica do comportamento eleitoral nas disputas eleitorais presidenciais se aplica a outras dimensões federativas como estados e municípios, visto que são as eleições presidenciais que organizam o nosso

sistema partidário e eleitoral. Para os autores as campanhas locais, são repletas de especificidades e compará-las ao campo nacional seria insuficiente para entender sua lógica:

No Brasil, de frágil partidarismo, as campanhas podem ser de grande valia, principalmente as de vereadores e prefeitos. Elas são um universo complexo onde, além da temática nacional, dizem presente muitas peculiaridades, com a relevância de elementos herdados da dominação tradicional, em termos weberianos; o prestígio das lideranças locais; a força dos governadores; os temas provincianos; o compadrio; e até mesmo as miúdas relações entre pessoas e as instituições, contaminadas por todo tipo de laços sociais e afetivos. Fatores que não raro se sobrepõem aos aspectos um pouco mais ideológicos, e às relações impessoais e “racionais”, que se encontram mais presentes nas eleições nacionais. (LAVAREDA; TELLES; 2016. PG. 8)

O grande número de municípios brasileiros e as diferentes realidades territoriais e populacionais estimulam o surgimento de formas distintas de organização de campanhas eleitorais e o uso de diferentes recursos que envolvem desde mobilizações tradicionais, a novas tecnologias de informação e até o “disse me disse” tão comuns em campanhas de municípios com menor número de eleitores. “Os municípios são ricos em atividades de campanha, e as mídias locais, apesar de agendarem os temas nacionais, inserem outras pautas que fogem às preocupações debatidas em Brasília” afirma Lavareda e Telles (2016).

As eleições municipais no Brasil, assim como nos Estados Unidos - resguardadas as especificidades -, são eleições que acontecem em meio aos mandatos presidenciais e são inúmeros os estudos em que tentam relacionar o resultado eleitoral dessas “eleições intermediárias”, com o ciclo eleitoral seguinte, avaliação de governos, força dos partidos da base de coalizão nacional e estadual ou até mesmo a fragmentação partidária (Lavareda; Andrade; Rocha; Lins 2016).

A relação intrínseca entre as eleições no Brasil, e a sua possível continuidade do ponto de vista dos resultados eleitorais, coloca as eleições municipais em condições de protagonismo político, tornando-se essencial para as disputas nacionais e estaduais, como

afirma Krause, Ferreira, Ribeiro e Melo 2016 em artigo publicado sobre as eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil.

O sistema político brasileiro, apesar de ser formatado como uma federação, tem uma estreita relação entre os entes federados. A ocupação de cargos na esfera local é essencial para a busca de cargos nas outras esferas de poder, e vice-versa. Os municípios são a primeira base eleitoral dos candidatos, por isso os candidatos aos cargos nacionais e estaduais dependem dos políticos locais para sua eleição ou reeleição. E o alcance da máquina pública local já possibilita ao partido algum grau de patronagem essencial para a manutenção e o desenvolvimento da sua máquina partidária. (Krause; Ferreira, Ribeiro; Melo 2016. Pg. 80)

Arrecadação e desempenho eleitoral

Se do ponto de vista eleitoral, as campanhas locais exercem papel importante, os recursos utilizados durante elas é algo que vem chamando atenção de diversos pesquisadores. A relação dinheiro/capacidade de atrair doadores e chances de sucesso eleitoral tem sido alvo de inúmeros estudos no Brasil.

Um levantamento feito por Speck e Marciano revelou que havia, durante a vigência das regras anteriores de financiamento, uma forte concentração de doações empresariais em um número reduzido de candidatos. Revelando uma estreita relação entre a capacidade de arrecadação e o desempenho eleitoral dos candidatos. Empresas em grande medida não realizam doações para partidos “fracos” ou tão pouco para candidatos com baixa densidade eleitoral. Evidenciando que existe uma dependência estrutural entre candidatos e doadores importantes. (Speck e Marciano, 2014).

No Brasil, o candidato cobre o custo de campanha com três possíveis fontes: A primeira é o autofinanciamento, ou seja, o candidato “põe a mão no bolso” para arcar com parte das despesas eleitorais; a segunda são as doações de campanha. O candidato busca recursos – agora de pessoas físicas – para sustentar financeiramente a candidatura e a terceira fonte são os partidos, seja o do candidato, seja os de sua coligação.

Em relação à terceira fonte, ela nem sempre é generosa. A “irrigação” de recursos nas campanhas municipais vai depender da importância do município para os interesses estratégicos do partido e do grau de confiança estabelecida entre a cúpula partidária e o

candidato. Um fator complicador – para os candidatos nas eleições municipais - é que, via de regra, o “caixa” dos partidos é centralizado na sua Executiva Nacional.

Para Mancuso, (2014) estudar o investimento eleitoral, a partir do financiamento eleitoral empresarial, justifica-se por diversas razões, sendo a principal delas que no último período no Brasil este investimento se tornou bastante vultoso, “conforme as declarações enviadas à Justiça Eleitoral por candidatos, partidos e comitês, o investimento nas eleições de 2010, para todos os cargos em disputa, chegou a quase 3 bilhões de reais”. Em seu artigo “Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa”, Mancuso (2014) afirma que: Em termos comparativos, esse valor é duas vezes maior que o volume de recursos destinado no Orçamento da União de 2010 ao programa “Luz para Todos”, e cerca de dez vezes maior que o montante dedicado ao programa de erradicação do trabalho infantil. Além de vultoso, o investimento cresce a cada pleito em ritmo muito superior ao da inflação acumulada no período inter-eleitoral (Lemos, Marcelino & Pederiva 2010; Santos 2011; Mancuso 2012).

Como argumenta Mancuso (2014), a literatura sobre os resultados e os determinantes de receitas e despesas eleitorais no Brasil – com ênfase no financiamento eleitoral empresarial, organiza-se, sobretudo, em torno de três grandes questões:

1. As contribuições e os gastos de campanha afetam os resultados eleitorais?

Neste ponto, o investimento eleitoral é tomado como variável explicativa principal e os resultados eleitorais são tomados como variável dependente.

2. As doações de campanha resultam em benefícios para os financiadores?

Aqui, o investimento eleitoral continua como variável explicativa principal, mas a variável dependente passa a ser os resultados alcançados pelos financiadores.

3. Que fatores explicam as contribuições e os gastos de campanha?

Os trabalhos que tratam desta questão procuram as variáveis explicativas para o investimento eleitoral, que se torna então a variável dependente.

Em termos gerais, os estudos tendem a identificar associações positivas entre recursos financeiros e resultados nas urnas. Isso significa que os candidatos com mais potencial de serem eleitos são os que têm mais dinheiro para investir na campanha.

Durante a vigência das regras anteriores de financiamento, a doação empresarial cresceu significativamente nas eleições. Além do maior número de recursos destinados aos partidos, foi possível constatar forte concentração de recursos nos principais partidos. Pesquisa realizada por Mancuso e Speck (2011) constatou que, dos 22 (vinte e dois) partidos que declararam suas receitas à Justiça Eleitoral em 2010, três foram responsáveis por quase 2/3 (dois terços) das receitas arrecadadas. O Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foram os partidos com maior arrecadação em 2010, vejamos:

O PT – partido que venceu as eleições presidenciais arrecadou 27,2% das receitas, o PSDB - partido que ficou em segundo lugar na disputa para presidência, e arrecadou 20,7% das receitas; e o PMDB – partido que amalhou 17,8% das receitas. Nota-se assim, em primeiro lugar, uma significativa concentração das receitas entre os partidos nacionais. Os três partidos nacionais que mais arrecadaram receitas obtiveram quase todos seus recursos de fontes externas –isto é, junto a pessoas físicas e, sobretudo, junto a empresas. (Mancuso, Speck, 2011, página 13)

Além de PT, PSDB e PMDB outros três partidos PSB, PR e DEM juntos arrecadaram mais de 5% do total das receitas destinadas aos partidos. Somados, esses seis partidos tiveram 85% das receitas destinadas aos partidos nacionais. (MANCUSO; SPECK 2011). Mais de 19 mil empresas fizeram doações para campanhas, mas apenas 70 empresas ou grupos foram responsáveis por metade de todas as doações empresariais (Mancuso & Ferraz 2012).

Speck (2016) em sua pesquisa revelou que nas disputas eleitorais, de cada 4 (quatro) reais, 3 (três) reais eram doados por empresas. Para Speck (2016) o modelo de sistema de arrecadação de recursos para as campanhas eleitorais que estava em vigor no Brasil se encontrava falido e sua concentração em candidaturas e partidos era bastante revelador de que os recursos financeiros podem sim influenciar na participação nada republicana das empresas na máquina pública e no resultado eleitoral. Segundo Speck:

A extrema concentração destes recursos em pouco doadores, a dependência excessiva dos representantes de poucos financiadores, a forte correlação entre

recursos e votos entre os candidatos e a dependência dos doadores de contratos com o poder público minaram a legitimidade deste sistema. (Speck, 2016, p.9)

Speck e Mancuso (2001) ao tratar da relação de dependência entre candidatos e financiadores, afirma ser possível categorizar essa relação em três tipos de grupos de candidatos e candidatas:

(...) aqueles cuja capacidade de arrecadar recursos supera em muito a necessidade de custear a sua campanha. Estes candidatos serão capazes de apoiar o seu partido ou outros candidatos. Certamente este apoio financeiro poderá render dividendos no âmbito político. O segundo grupo é constituído por candidatos que arrecadam mais ou menos compatíveis com os seus gastos. O seu balanço sobre transferências recebidas e recursos repassados a outros candidatos ou partidos é equilibrado e os valores são baixos. No terceiro grupo estão candidatos que são devedores do partido ou de outros candidatos. Para estes financiamentos por atores do mundo político (candidatos ou partidos) pode significar um forte laço de influência. (Speck; Mancuso, 2011, p. 22)

Speck e Mancuso (2011) ao analisar a capacidade de arrecadação e os gastos dos candidatos levantam três hipóteses a respeito da forte correlação entre recursos de campanha e votos. Sendo elas:

Há três hipóteses em disputa. A primeira, os recursos financeiros se transformam em fluxo de informações sobre candidatos desta forma rendem votos. Enquanto nesta versão o dinheiro é a causa do sucesso eleitoral, na segunda hipótese financiadores que financiam somente aqueles candidatos que têm grandes chances de se eleger. Os candidatos que tiveram boas chances de se eleger também vão receber mais recursos de financiadores. Nesta versão, os índices de intenção de voto podem influenciar o comportamento dos financiadores. Na terceira versão, tanto votos como financiamento são produtos de um fator externo, como, por exemplo, o capital político de um candidato. (Speck, Mancuso, 2011, p.22)

Reforma Política

O debate sobre a reforma política no sistema eleitoral brasileiro e a necessidade de instituir o financiamento público de campanha têm sido recorrentes entre os cientistas

políticos e no Congresso Nacional. Com o plebiscito realizado em abril de 1993 para que os brasileiros pudessem opinar sobre a forma de governo (república ou monarquia) e o regime de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) a expressão “reforma política” começou a ser utilizada com maior frequência (Nicolau, 20017).

Desde 1995 que diversas propostas de reforma política, com alteração nas regras do sistema eleitoral, vem tramitando nas duas casas (Senado Federal e Câmara dos Deputados). Para Nicolau (2017) as mudanças no sistema proporcional tem sido o centro dos debates nessas comissões e nenhuma das propostas apresentadas foram aprovadas, levando a sensação de que nada foi feito, mesmo que outros pontos elaborados por essas comissões tenham sido incorporados à legislação eleitoral. Para Nicolau (2017) são três os ciclos do debate sobre a reforma do sistema eleitoral brasileiro:

O primeiro ciclo vai da redemocratização até o final dos anos 1990, período em que a proposta dominante foi a do sistema *distrital misto* - nome genérico que unifica diversas sugestões defendendo que os deputados deveriam ser eleitos por dois sistemas eleitorais combinados. O segundo ciclo, iniciado em 2003, propôs a manutenção da representação proporcional, mas com outro formato de eleições de deputados, a *lista fechada*. O último ciclo, iniciado a partir de 2011, concentrou-se na substituição da representação proporcional por um sistema majoritário conhecido por *distritão*. (NICOLAU, 2017. Pg. 124)

Há um forte consenso no meio político, a partir das comissões que tratam do tema da reforma política no Congresso, que a grande mazela do sistema representativo brasileiro estaria no modo como as campanhas eleitorais são financiadas (Nicolau, 2017). Neste sentido o debate sobre a necessidade de instituir o financiamento público de campanha têm sido recorrentes entre os cientistas políticos e no Congresso Nacional. Em 2007 a comissão que tratava sobre o assunto, presidida pelo deputado federal Almeida Lima (PMDB-SE) e que teve como relator o deputado federal Henrique Fontana (PT-RS), apresentou a proposta do financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais, mas com a não aprovação em plenário do modelo de lista fechada, esgotou-se qualquer possibilidade da comissão aprovar um novo modelo de financiamento para as campanhas eleitorais no Brasil. Para Nicolau (2017):

A derrota da lista fechada acabou inviabilizando a proposta de introdução do financiamento exclusivamente público de campanha. Os principais defensores da nova modalidade de custeio tinham consciência de que ela seria inviável no atual sistema de lista aberta. (NICOLAU, 2017. Pg. 128)

Em períodos de crise política e de forte pressão da opinião pública o tema da reforma política volta ao debate, foi assim em 2006 durante o “escândalo dos sanguessugas” que atingiu diretamente 67 deputados federais e em junho de 2013, em meio aos protestos que levaram milhares de brasileiros às ruas, muitos deles, reivindicando que não se sentiam representados pela atual composição do Congresso. Foi em meio a essa crise de representação que em julho de 2013 a então presidente do país Dilma Rousseff, chegou a apresentar a proposta de convocação de um plebiscito para que os eleitores decidissem pela proposta de realização de uma constituinte exclusiva para realização de uma reforma do sistema político brasileiro. Foi também neste mesmo período que a Câmara dos Deputados instituiu as pressas um grupo de trabalho composto por quatorze deputados, sobre a presidência de Cândido Vaccarezza na época do (PT-SP), com o objetivo de apresentar uma nova proposta de reforma política. Entre as propostas apresentadas por essa comissão, Nicolau (2017) destaca:

O grupo apresentou suas propostas enfatizando as mudanças constitucionais: fim do voto obrigatório, fim da reeleição para cargos do executivo, estabelecimento de uma cláusula de desempenho de 5% (somente partidos com esse patamar de votos nas eleições para a Câmara teriam acesso aos recursos do Fundo Partidário e a tempo de propaganda de rádio e TV). Em relação ao sistema eleitoral, a comissão inovava ao sugerir uma modalidade em que parte dos deputados seria eleita pelo modelo atual (com a diferença de que seriam criados distritos eleitorais de quatro a sete lugares em cada estado) e parte seria eleita por um sistema majoritário. (NICOLAU, 2017. Pg. 130)

Somente em 2015, sobre a presidência do Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) que o plenário da Câmara votou um conjunto de medidas de ordem política, das quais, Nicolau (2017) ressalta:

Durante três dias de maio (de 25 a 27), o plenário da Câmara votou, em sequência, um volume impressionante de temas ligados à representação política: novo sistema eleitoral; fim da reeleição para cargos do executivo; fim do voto obrigatório; mudança do calendário eleitoral; novas regras de financiamento de campanha; perda do mandato por troca de legenda. Nunca, fora do período de uma Assembléia Constituinte, o Legislativo brasileiro deliberou em plenário sobre tantos temas de ordem política. (NICOLAU, 2017. Pg. 131)

Segundo Nicolau (2017) várias foram as tentativas por parte do congresso em buscar alternativas concretas para alterar o sistema eleitoral brasileiro, em menos de uma década, cinco propostas diferentes foram votadas pelo plenário da câmara dos deputados entre 2007 e 2015. Houveram muitas mudanças realizadas pelo Congresso, mas principalmente por outros atores, como o STF. É importante ressaltar que a principal delas, ponto de partida desta pesquisa, que se refere à mudança de regras no financiamento de campanhas foi implementada pelo judiciário com a proibição de doação de empresas para partidos políticos.

Neste trabalho consideramos financiamento de campanhas as contribuições eleitorais feitas por financiadores de campanhas conforme descrevemos anteriormente.

II- VARIÁVEIS E HIPÓTESES DE TRABALHO.

Nosso propósito foi de analisar de que forma o fim do financiamento de empresas alterou o perfil dos eleitos nas eleições de 2016. Para isso, usamos como variável o perfil dos prefeitos eleitos em 2012.

As hipóteses deste artigo: a ausência do capital empresarial não alterou o perfil dos eleitos nas eleições de 2016, comparado aos eleitos em 2012, ainda sob a influência de grandes empresas. A ausência do capital empresarial não alterou o perfil social dos eleitos nas eleições de 2016, interditando a entrada de prefeitos eleitos com perfil social diferente dos eleitos nas eleições de 2012.

III- ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada com prefeitos e prefeitas de todo o país. Trabalhamos com o perfil social dos eleitos a partir das variáveis como ocupação, gênero, cor, escolaridade, estado civil e faixa etária.

Os resultados, apresentados neste trabalho, nos permitiram um olhar macro para o perfil dos eleitos a partir da mudança de regras de financiamento eleitoral. Ao mesmo tempo, em que nos mostrou a necessidade de reformular para trabalhos futuros o objeto da pesquisa, delimitando um novo recorte territorial. A partir das leituras empreendidas, que demonstram uma tendência de concentração de recursos nos maiores partidos e nos grandes centros.

Desta forma apresentamos os resultados e discussões em relação ao perfil dos prefeitos eleitos em todo o país nas eleições de 2016.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

A) Distribuição dos eleitos conforme a ocupação

A primeira variável do perfil analisada diz respeito à ocupação dos prefeitos eleitos no Brasil nas eleições de 2012 e 2016. As principais ocupações, isto é, as que aparecem com maior frequência nas duas eleições são: prefeito, empresário, servidor público, comerciante, agricultor, médico, advogado, professor, administrador, vereador, pecuarista, engenheiro e produtor agropecuário.

O trabalho aferiu que as 13 ocupações com maior frequência totalizam, em 2012 78,1%; e em 2016 79,5% de todas as ocupações dos prefeitos nas duas eleições consecutivas. Ressaltamos que a ocupação empresário teve um aumento de 2012 para 2016 de 2,0%, representando 111 prefeitos em todo o Brasil.

Esse achado demonstra que nesse item não houve nenhuma modificação significativa que pudesse resultar em alguma mudança no perfil dos que se elegeram nas eleições de 2016, já com a nova regra de ausência de financiamento empresarial, excetuando a categoria empresário em que houve um aumento de 111 prefeitos ou seja 2,0%.

Tabela 01: Ocupação dos prefeitos eleitos em 2012 e 2016

ELEITOS EM 2012	Prefeito	%	ELEITOS EM 2016	Prefeito	%
Prefeito	917	17,8	Prefeito	946	16,6
Empresário	666	12,9	Empresário	847	14,9

Servidor público	471	9,1	Servidor público	481	8,5
Comerciante	335	6,5	Agricultor	379	6,7
Agricultor	288	5,6	Comerciante	321	5,6
Médico	252	4,9	Médico	279	4,9
Outros	232	4,5	Advogado	273	4,8
Advogado	219	4,2	Outros	267	4,7
Professor	196	3,8	Professor	223	3,9
Administrador	172	3,3	Administrador	211	3,7
Vereador	158	3,1	Vereador	201	3,5
Pecuarista	151	2,9	Pecuarista	143	2,5
Engenheiro	111	2,2	Aposentado (exceto servidor público)	117	2,1
Produtor agropecuário	94	1,8	Engenheiro	105	1,8
Aposentado (exceto servidor público)	85	1,6	Produtor agropecuário	103	1,8
Contador	75	1,5	Contador	61	1,1
Deputado	65	1,3	Deputado	55	1,0
Odontólogo	43	0,8	Odontólogo	55	1,0
Bancário e economiário	37	0,7	Agrônomo	36	0,6
Enfermeiro	30	0,6	Bancário e economiário	33	0,6
Agrônomo	28	0,5	Enfermeiro	33	0,6
Dona de casa	28	0,5	Farmacêutico	26	0,5
Estudante, bolsista, estagiário	27	0,5	Agente Administrativo	24	0,4
Farmacêutico	27	0,5	Dona de casa	23	0,4
Veterinário	27	0,5	Veterinário	21	0,4
Agente Administrativo	23	0,4	Motorista de veículo de transporte coletivo de PA	20	0,4
Assistente social	21	0,4	Economista	19	0,3
Pedagogo	21	0,4	Técnico em agronomia e agrimensura	16	0,3
Economista	18	0,3	Auxiliar de escritório	15	0,3
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa	17	0,3	Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores	15	0,3
Trabalhador rural	16	0,3	Estudante, bolsista, estagiário	14	0,2
Serventuário de justiça	14	0,3	Pedagogo	14	0,2
Gerente	13	0,3	Assistente social	13	0,2
Industrial	11	0,2	Polícia civil	13	0,2
Tabelião	11	0,2	Gerente	12	0,2
Motorista de veículo de transporte coletivo de PA	10	0,2	Jornalista e redator	12	0,2
Polícia civil	10	0,2	Motorista de transporte de carga	11	0,2

Técnico contabilidade, estatística e economia domest	10	0,2	Trabalhador rural	11	0,2
Técnico de enfermagem e assemelhados	10	0,2	Comerciário	10	0,2
Técnico em agronomia e agrimensura	10	0,2	Locutor e comentarista de rádio	10	0,2
Arquiteto	9	0,2	Representante comercial	10	0,2
Comerciário	9	0,2	Fisioterapeuta e terapia ocupacional	9	0,2
Motorista de transporte de carga	9	0,2	Militar reformado	9	0,2
Auxiliar de escritório	8	0,2	Serventuário de justiça	9	0,2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração da autora.

B) Distribuição dos eleitos conforme o gênero

Na variável gênero, comparando as duas eleições, identificamos pequena oscilação de uma eleição para outra. A predominância nos cargos de prefeito é dos homens. Em 2012, 87,7% dos eleitos foram do sexo masculino, enquanto que apenas 12,3% mulheres foram eleitas. Em 2016, há uma pequena alteração nesses dados. Os homens passam a ser 88,4% dos eleitos e as mulheres apenas 11,6%. Como se percebe, os dados da pesquisa mostram que houve pouca alteração no perfil gênero, comparando as duas eleições.

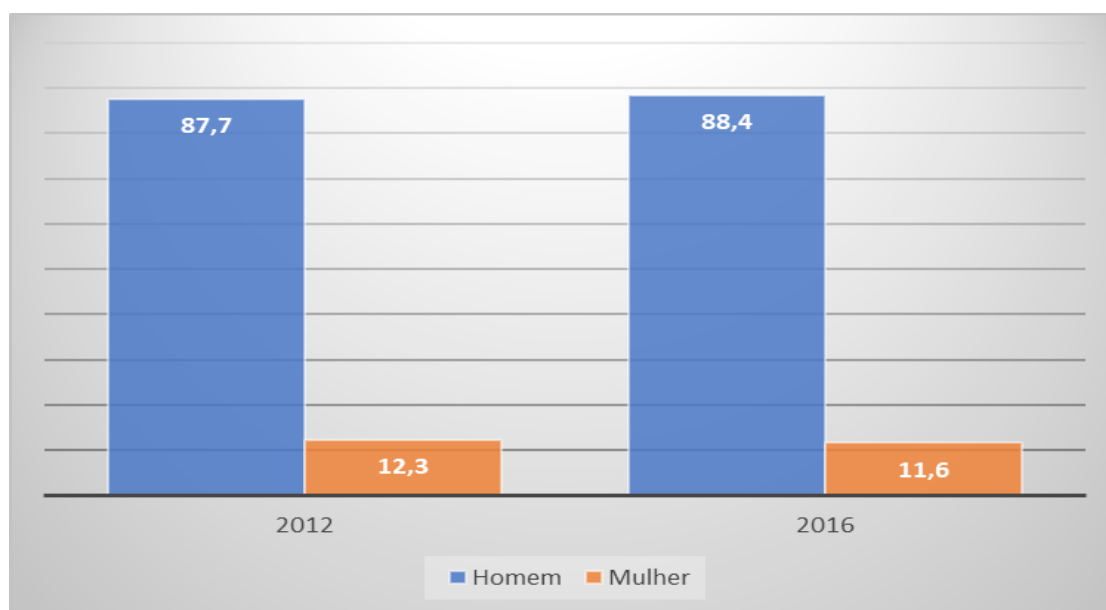


Figura 01: Desempenho de homens e mulheres nas eleições 2012 e 2016

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração da autora.

C) Distribuição dos eleitos conforme a cor

Em se tratando de cor dos prefeitos eleitos, não se pode fazer a comparação entre as duas eleições, uma vez que nas eleições de 2012 não foi apurada essa categoria. Em 2016, a pesquisa identificou que a grande maioria dos prefeitos são brancos, 67,2%, tendo como segundo maior índice, a cor parda, 30,5%. Os prefeitos de cor preta representam apenas 1,7%; enquanto que os de cor amarela vem com 0,5% e a indígena 0,1%.

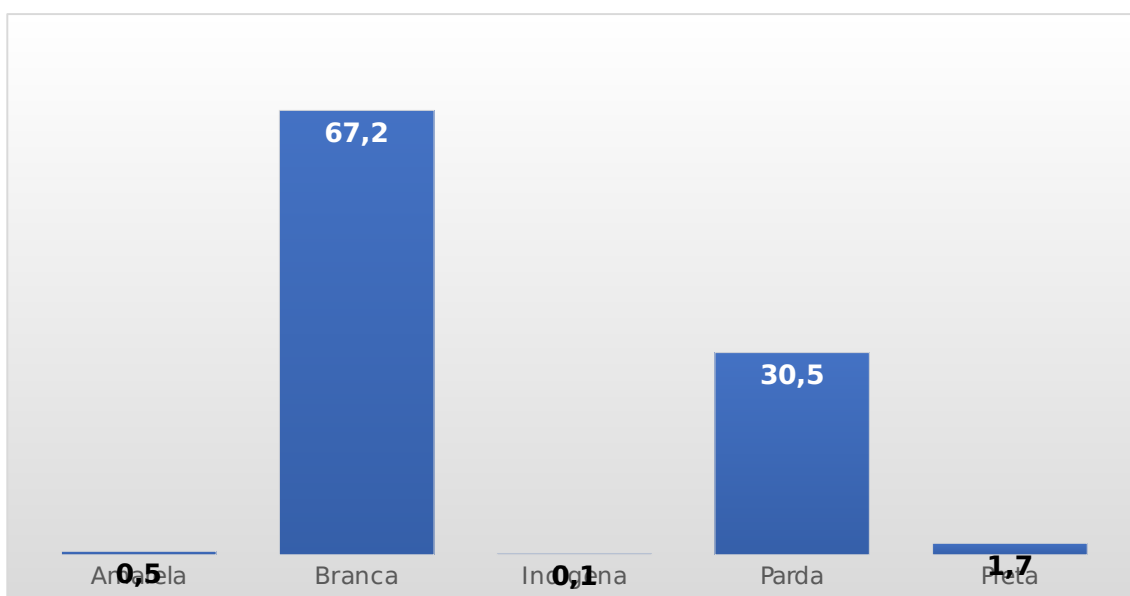


Figura 02: Cor dos prefeitos eleitos em 2016.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração da autora.

D) Distribuição dos eleitos conforme a escolaridade

Ao compararmos o perfil nível de escolaridade dos eleitos nas duas eleições, a pesquisa identificou que a grande maioria dos prefeitos, tanto os eleitos em 2012 quanto os de 2016, tem ensino superior completo. Em 2012, 49,2% tinham ensino superior completo. Em 2016, esse índice subiu para 52,4%. Em se tratando do nível superior incompleto, os percentuais dos eleitos em 2012 e 2016 são, praticamente, os mesmos, 5,8% e 5,6%, respectivamente. Quanto ao ensino médio completo, segundo maior índice dos prefeitos eleitos nas duas eleições, em 2012 foram eleitos 28,0% que tinham esse nível de escolaridade. Em 2016, esse percentual foi reduzido para 25,8%. O médio incompleto aparecem, tanto nas eleições de 2012 quanto nas de 2016, com índices

praticamente iguais, 2,9% e 2,5%. Os prefeitos com ensino fundamental incompleto em 2012 eram 6,8%; enquanto em 2016 somaram 6,2 %. Já o fundamental completo em 2012 somaram 6,4% dos prefeitos. Em 2016 esse percentual foi de 6,6%. Os prefeitos que apenas lêem e escrevem, em 2012, eram 0,9%; em 2016 somaram apenas 0,8%.

Foi possível constatar também que houve pouca variação de uma eleição para a outra no perfil nível de escolaridade, demonstrando que as mudanças nas regras eleitorais tiveram pouco impacto no perfil desses prefeitos eleitos.

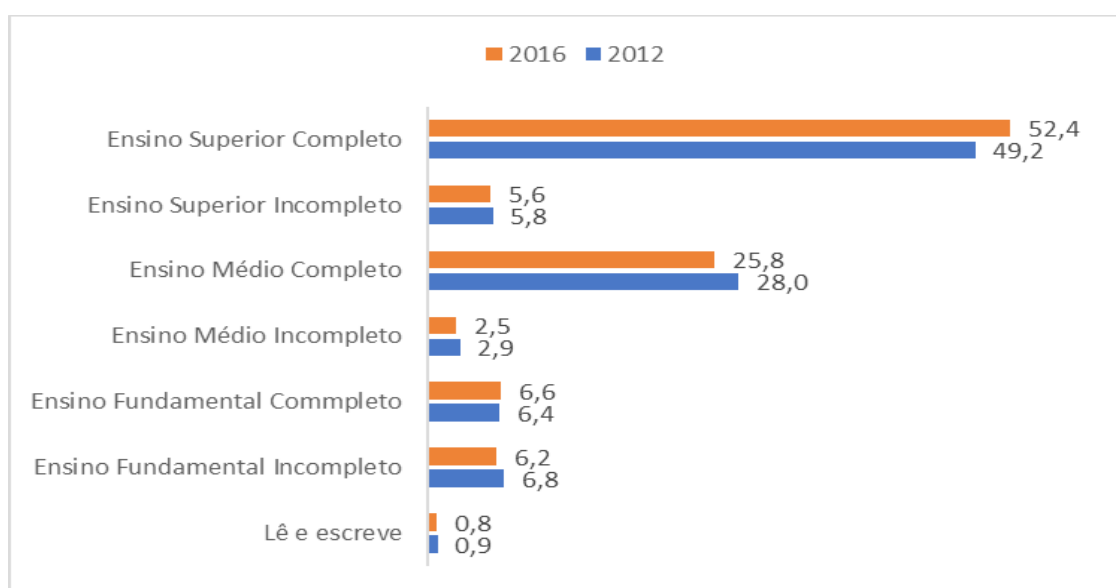


Figura 03: Comparativo do nível de escolaridade dos prefeitos 2012 e 2016.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração da autora.

E) Distribuição dos eleitos conforme a faixa etária

Situação semelhante ao nível de escolaridade, encontramos na faixa de idade dos eleitos nas duas eleições. A predominância dos eleitos é na faixa dos 46 a 60 anos de idade, tanto nas eleições de 2012 quanto nas de 2016, 48,4% e 47,1%, respectivamente. A segunda maior faixa de idade dos prefeitos eleitos corresponde de 36 a 45 anos, obtendo, também, índices parecidos nas duas eleições, em 2012, 28,3% e 2016, 27,3%. Os menores percentuais de prefeitos eleitos concentram-se nas faixas de idade de 21 a 25 anos. Apenas na faixa acima de 60 anos há uma maior oscilação dos eleitos nas duas eleições estudadas.

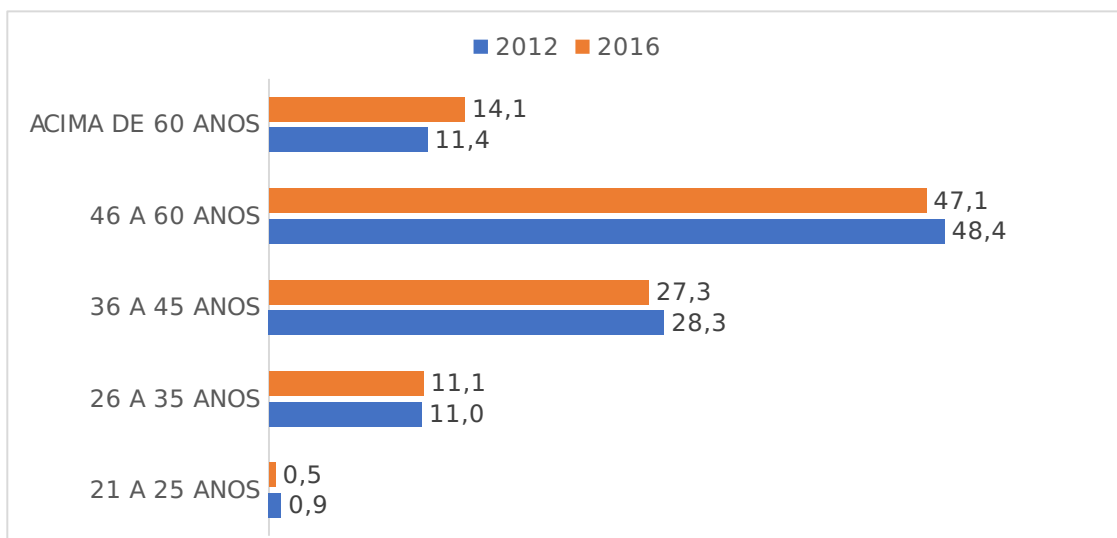


Figura 04: Faixa de idade dos prefeitos eleitos em 2012 e 2016

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Fonte: Elaboração da autora.

F) Distribuição dos eleitos conforme o Estado Civil

Ao se tratar do estado civil dos prefeitos eleitos em 2012 e 2016, observa-se que houve uma pequena diminuição entre os casados passou de 76,3% em 2012 para 73,8% em 2016. Por outro lado houve um pequeno crescimento dos prefeitos solteiros, passando de 14,9% em 2012 para 16,3% em 2016. Houve, também, um aumento no índice de prefeitos divorciados, em 2012 eram 5,7%, e em 2016 subiu para 7,3%.

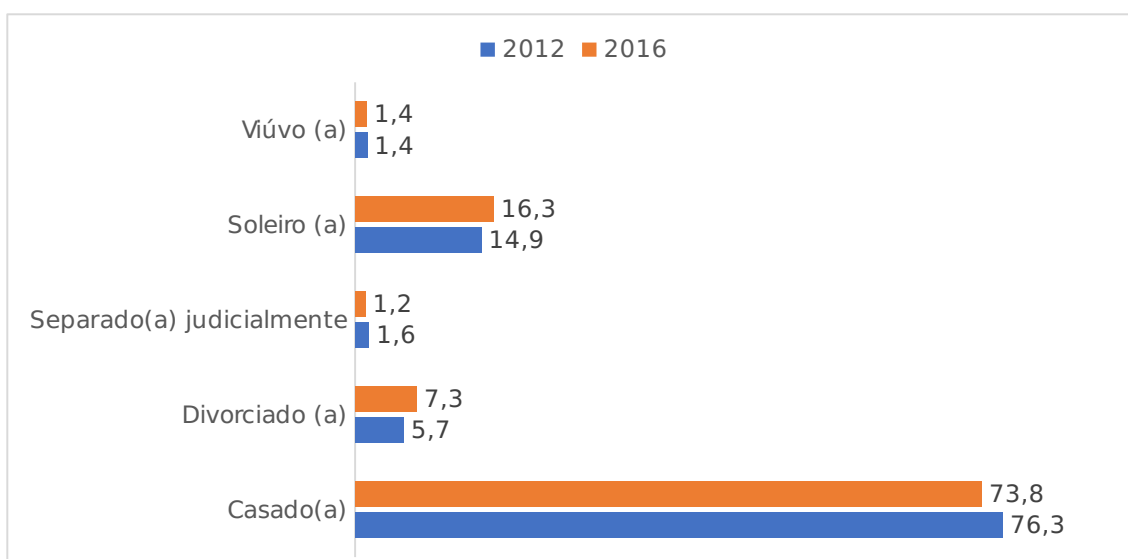


Figura 05: Estado civil dos prefeitos eleitos em 2012 e 2016

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Fonte: Elaboração da autora.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese do trabalho, de que a ausência do capital empresarial não alterou o perfil dos eleitos nas eleições de 2016 - comparado aos eleitos em 2012, ainda sob a influência de grandes empresas - foi confirmada, mostrando que entre as duas regras eleitorais não houve mudança no perfil dos eleitos.

O cruzamento das informações demonstra que de 2012 para 2016, com a transição para as novas regras, houve pouca variação nas ocupações com maior frequência de eleitos, continua a predominância masculina na chefia dos executivos locais, melhorou um pouco a escolaridade dos eleitos, apesar de o indicativo ser de mobilidade nas faixas mais escolarizadas (do ensino médio incompleto em diante).

Com relação à faixa etária, constatou-se que a uma relativa juventude à frente dos executivos municipais no Brasil: a maior parte dos prefeitos foram eleitos com idade entre 46 e 60 anos. Entretanto, há uma ligeira tendência ao envelhecimento.

No que diz respeito ao estado civil, a maioria dos eleitos é casado, entretanto aqui vem crescendo a quantidade de solteiros e divorciados.

Por fim, no quesito cor, a maioria dos eleitos se declara branca. Entretanto há um expressivo contingente de negros. As outras cores somam aproximadamente 2% do total de eleitos.

A restrição às grandes empresas em serem doadores de campanha foi um início importante na busca pelo equilíbrio nas competições eleitorais. Mas ainda não é suficiente.

Os próximos passos devem ser no sentido de restringir o auto financiamento, limitando o valor que o candidato pode doar à própria campanha. Seria um mecanismo destinado a reduzir a ingerência do poder econômico – dessa vez pessoal – sobre o jogo eleitoral.

VI- REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BORGES. Thomaz Gomes De Matos Augusto. As Modalidades de Financiamento Eleitoral e o Financiamento de Campanhas Eleitorais no Brasil. 2009.

KRAUSE, Silvana *et alli*. Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil. In: LAVAREDA, Antonio e TELLES, Helcimara (org). A lógica das eleições municipais. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2016. 220 pp

LAVAREDA, Antonio *et alli*. Eleições Municipais 2012 e sinais para diante. In: LAVAREDA, Antonio e TELLES, Helcimara (org). A lógica das eleições municipais. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2016. 220 pp

LEMOS, Leany Barreiro. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 16, no 2, Novembro, 2010, p.366-393.

MANCUSO, Wagner. Disponível em: <<http://www.justicaeeleitoral.jus.br/arquivos/campanha-eleitoral-financiamento-de-campanhas-roteiros-eje>> Consulta em 26/08/2016.

MANCUSO, Wagner. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. Revista de sociologia e política. Abril de 2014.

NICOLAU, Jairo. Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa. Revista estudos políticos. N.6. Janeiro de 2011.

NICOLAU, Jairo. Representantes de quem?: os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados/Jairo Nicolau. -1.ed.-Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas. NOVOS ESTUDOS, 73. Novembro 2005.

SPECK, Bruno. Game over: duas décadas de financiamento de campanhas doações de empresas no Brasil. REB. Revista de Estudos Brasileiros. Premier semestre 2016. Volume 3. Número 4.

SPECK, Bruno; MANCUSO, Wagner. O financiamento político nas eleições brasileiras de 2010.

SPECK, Bruno; SACCHET, Teresa. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opinião pública, Campinas, vol.18, nº1, Junho, 2012.

SPECK, Bruno; CERVI, Emerson Urizzi. O peso do dinheiro e do tempo de na disputa do voto para prefeito. In: LAVAREDA, Antonio e TELLES, Helcimara (org). A lógica das eleições municipais. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2016. 220 pp.